



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.018221/2022-95

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de **Controle de Insetos, Animais Sinatrópicos (Desinsetização, Descupinização e Combate a Escorpiões) e Parasitológicos (Cupins de Madeira e dos Mulundus – Cupins de Jardim) em ambientes Internos e Externos**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPOS**, incluindo material e mão-de-obra, conforme as especificações técnicas e de quantidades descritas neste Termo de Referência.

1.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.194.566,43 (um milhão, cento e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos)** para a UFMS, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Grupo	Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
GRUPO 01	GRUPO 01 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE AQUIDAUANA							
	1	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de combate a escorpiões no Campus de Aquidauana valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	29.753	R\$ 0,48	R\$ 14.281,44
	2	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de descupinização no Campus de Aquidauana valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	29.753	R\$ 0,48	R\$ 14.281,44
	3	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviços de Desinsetização no Campus de Aquidauana valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	69.753	R\$ 0,33	R\$ 23.018,49
	4	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Aquidauana valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	29.752	R\$ 0,48	R\$ 14.280,96
	5	3.417	EXPURGO DO HERBÁRIO	Serviços de Expurgo do Herbário no Campus de Aquidauana valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	36	R\$ 37,50	R\$ 1.350,00
	TOTAL DO GRUPO 01							R\$ 67.212,33
	GRUPO 01 - SERVIÇOS BASE DO PANTANAL							
	6	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões na Base do Pantanal valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	5.487	R\$ 1,60	R\$ 8.779,20
	7	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização na Base do Pantanal valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	5.487	R\$ 1,60	R\$ 8.779,20
	8	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização na Base do Pantanal valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	13.487	R\$ 1,14	R\$ 15.375,18
	9	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização na Base do Pantanal valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	5.487	R\$ 1,75	R\$ 9.602,25
	TOTAL DO GRUPO 01							R\$ 42.535,83
	GRUPO 01 - SERVIÇOS NO CAMPUS DO PANTANAL							
GRUPO 02	10	3.417	COMBATE À ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus do Pantanal (Corumbá) valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	209.600	R\$ 0,16	R\$ 33.536,00
	11	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus do Pantanal (Corumbá) valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	209.600	R\$ 0,16	R\$ 33.536,00
	12	3.417	DESINSETIZACAO	Serviço de Desinsetização no Campus do Pantanal Corumbá valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	209.600	R\$ 0,16	R\$ 33.536,00
	13	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus do Pantanal (Corumbá) valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	209.600	R\$ 0,11	R\$ 23.056,00
	14	3.417	EXPURGO DO HERBÁRIO	Serviços de Expurgo do Herbário no Campus do Pantanal (Corumbá) valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	268	R\$ 20,00	R\$ 5.360,00
	TOTAL DO GRUPO 01							R\$ 129.024,00
	VALOR TOTAL GRUPO 1							R\$ 238.772,16
	GRUPO 02 - SERVIÇOS EM CAMPO GRANDE MS							
	15	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Campo Grande valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	655.014	R\$ 0,20	R\$ 131.002,80
	16	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Campo Grande valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	655.014	R\$ 0,23	R\$ 150.653,22
	17	3.417	DESINSETIZACAO	Serviço de Desinsetização no Campus de Campo Grande valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	1.015.015	R\$ 0,12	R\$ 121.801,80
	18	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Campo Grande valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	655.014	R\$ 0,19	R\$ 124.452,66
	19	3.417	EXPURGO DO HERBÁRIO	Serviços de Expurgo do Herbário no campos de Campo Grande valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	500	R\$ 25,00	R\$ 12.500,00
	VALOR TOTAL DO GRUPO 02							R\$ 540.410,48
GRUPO 03	GRUPO 03 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL							
	20	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Chapadão do Sul valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.600	R\$ 0,88	R\$ 11.088,00
	21	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Chapadão do Sul valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.600	R\$ 0,75	R\$ 9.450,00
	22	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Chapadão do Sul valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	17.400	R\$ 0,75	R\$ 13.050,00
	23	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Chapadão do Sul valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.600	R\$ 0,75	R\$ 9.450,00
	TOTAL DO GRUPO 03							R\$ 43.038,00
	GRUPO 03 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE COXIM							
	24	3.417	COMBATE À ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Coxim valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,84	R\$ 11.760,00
	25	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Coxim valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,80	R\$ 11.200,00
	26	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Coxim valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,80	R\$ 11.200,00
	27	3.417	DESRATIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Coxim valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,80	R\$ 11.200,00

Grupo	Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
	TOTAL DO GRUPO 03							R\$ 45.360,00
	GRUPO 03 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE PARANAÍBA							
	28	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Paranaíba valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.800	R\$ 0,85	R\$ 12.580,00
	29	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Paranaíba valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.800	R\$ 0,85	R\$ 12.580,00
	30	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Paranaíba valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	18.800	R\$ 0,74	R\$ 13.912,00
	31	3.417	DESRAZIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Paranaíba valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.800	R\$ 0,85	R\$ 12.580,00
	TOTAL DO GRUPO 03							R\$ 51.652,00
	GRUPO 03 - SERVIÇOS NOS CAMPUS DE TRÊS LAGOAS							
	32	3.417	COMBATE A ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Três Lagoas valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	76.811	R\$ 0,42	R\$ 32.260,62
	33	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Três Lagoas valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	76.811	R\$ 0,42	R\$ 32.260,62
	34	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Três Lagoas valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	116.811	R\$ 0,36	R\$ 42.051,96
	35	3.417	DESRAZIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Três Lagoas valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	76.811	R\$ 0,42	R\$ 32.260,62
	36	3.417	EXPURGO DO HERBÁRIO	Serviços de Expurgo do Herbário no Campus de Três Lagoas valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	90	R\$ 35,00	R\$ 3.150,00
	TOTAL DO GRUPO 03							R\$ 141.983,82
	VALOR TOTAL GRUPO 3							R\$ 282.033,82
GRUPO 04	GRUPO 04 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE NAVIRAÍ							
	37	3.417	COMBATE À ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Naviraí valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	11.228	R\$ 1,00	R\$ 11.228,00
	38	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Naviraí valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	11.228	R\$ 0,93	R\$ 10.442,04
	39	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Naviraí valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	15.228	R\$ 0,80	R\$ 12.182,40
	40	3.417	DESRAZIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Naviraí valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	11.228	R\$ 0,93	R\$ 10.442,04
	TOTAL DO GRUPO 04							R\$ 44.294,48
	GRUPO 04 - SERVIÇOS NO CAMPUS DE NOVA ANDRADINA							
	41	3.417	COMBATE À ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Nova Andradina valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,90	R\$ 12.600,00
	42	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Nova Andradina valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,83	R\$ 11.620,00
	43	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Nova Andradina valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,83	R\$ 11.620,00
	44	3.417	DESRAZIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Nova Andradina valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	14.000	R\$ 0,83	R\$ 11.620,00
	TOTAL DO GRUPO 04							R\$ 47.460,00
	GRUPO 04 - SERVIÇOS NOS CAMPUS DE PONTA PORÃ							
	45	3.417	COMBATE À ESCORPIÕES	Serviços de Combate à Escorpiões no Campus de Ponta Porã valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.036	R\$ 0,81	R\$ 9.749,16
	46	20.680	DESCUPINIZAÇÃO	Serviços de Descupinização no Campus de Ponta Porã valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.036	R\$ 0,81	R\$ 9.749,16
	47	3.417	DESINSETIZAÇÃO	Serviço de Desinsetização no Campus de Ponta Porã valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	16.036	R\$ 0,77	R\$ 12.347,72
	48	3.417	DESRAZIZAÇÃO	Serviços de Desratização no Campus de Ponta Porã valor em metros quadrados	UNIDADE (M²)	12.036	R\$ 0,81	R\$ 9.749,16
	TOTAL DO GRUPO 04							R\$ 41.595,20
	VALOR TOTAL DO GRUPO 4							R\$ 133.349,68
TOTAL GERAL DE TODOS OS GRUPOS - ESTIMADO PARA A UFMS							R\$ 1.194.566,14	

OBSERVAÇÃO: (*) = TOTAL DA ÁREA, CONSIDERANDO 04 (QUATRO) APLICAÇÕES NO PERÍODO DE 12 MESES.

1.2.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, carga e descarga, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre a execução do serviço.

1.2.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1.2.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço por GRUPO**.

1.2.4. A Equipe de Planejamento avaliou que o agrupamento dos itens em GRUPOS, por Campus da UFMS, possibilita uma opção mais atrativa aos fornecedores locais a fim de evitar eventuais licitações desertas em itens referentes às unidades localizadas no interior do Estado. Além disso, a divisão de GRUPOS representa a medida administrativa mais operacional do que a regra da licitação por itens isolados, sendo adotada a adjudicação pelo menor preço por GRUPOS, de modo que haja uma melhor coordenação das atividades e dos trabalhos a serem realizados pela empresa contratada, além de possibilitar a economia de escala, entre outros:

1.2.5. A licitação por GRUPOS traz maior facilidade de gestão, uma vez que a completa separação desses GRUPOS em itens traria entraves, já que configuraria a necessidade de celebração de vários contratos, aumento dos custos com a gestão dos mesmos, aumento das taxas cobradas pela prestação dos mesmos, por parte das empresas, trazendo problemas com o tempo despendido para sua perfeita fiscalização e uma excessiva e desnecessária burocratização dos processos.

1.2.6. Ademais, a Equipe de Planejamento conclui que o parcelamento em vários itens de dedetização não é tecnicamente viável porque conforme pesquisa de mercado realizada (SEI Nº 4062962), nem todas as cidades possui empresa com cadastro no SICAF, também foi verificado que dependendo da região existem poucas empresas do ramo de atividade o que poderia inviabilizar a participação.

1.2.7. Noutro lado, a Equipe também entende que há ganho de escala porque os possíveis interessados atuam no mesmo nicho de mercado de serviços de dedetização, não implicando em restrição de competitividade.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Cumprir as normas e padrões de higiene ambiental pela legislação federal, estadual e /ou municipal regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária, a RESOLUÇÃO RDC N° 622/2022 (parte integrante desde estudo), a RDC INVISA N° 34/2010, que dispõe sobre o regulamento técnico para produtos saneantes desinfetantes, entre os quais aqueles destinados ao controle de insetos, roedores e de outras pragas incômodas ou nocivas à saúde.

2.3. Controlar a população de insetos e roedores nas áreas internas e externas das diversas Unidades da UFMS, conforme detalhadas neste estudo.

2.4. Erradicar e prevenir a proliferação de insetos de espécies diversas, especialmente baratas, escorpiões, cupins, polias, aranhas, formigas e mosquitos, observados em todos os prédios da UFMS;

2.5. Reduzir danos às instalações elétricas e lógicas da Universidade.

2.6. Manter as instalações da Universidade em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores e assemelhados.

2.7. Proporcionar um ambiente agradável para o desempenho das atividades institucionais.

2.8. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.8.0.1. Há uma série de benefícios diretos e indiretos vislumbrados com a contratação pretendida:

a) Economicidade: a execução dos serviços no modelo proposto implica na redução dos riscos de execução com preços acima do valor de mercado, visto que permite a ampla participação de empresas que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Nesse sentido, manter esta proposta de serviços implica na potencial economia de recursos. Considerando ainda que a ação de insetos, roedores e demais pragas possui grande potencial de degradação às estruturas físicas e aos patrimônios da Universidade, o controle da populacional destas pragas resultará em melhor conservação e por fim economia para a instituição.

b) Eficácia: viabilizar o controle da população de insetos e roedores nas áreas internas e externas das diversas Unidades da UFMS, conforme detalhadas neste estudo; Erradicar e prevenir a proliferação de insetos de espécies diversas, especialmente baratas, escorpiões, cupins, polias, aranhas, formigas e mosquitos, observados em todos os prédios da UFMS; Reduzir danos às instalações elétricas e lógicas da Universidade; Manter as instalações da Universidade em pleno funcionamento, sem a presença indesejável de insetos, roedores e assemelhados; e Proporcionar um ambiente agradável para o desempenho das atividades institucionais.

c) Eficiência: o modelo de contratação previsto e a estimativa de quantidades exposta buscam a otimização e racionalização dos gastos públicos sobre a contratação, indicando um mínimo de quantidade para atender à demanda institucional.

d) Melhor aproveitamento de:

I - Recursos humanos: Utilização dos servidores existentes em outras áreas da UFMS;

II - Recursos financeiros: os serviços prestados por terceiros eliminam a necessidade de aquisição de maquinários e insumos especiais, bem como aumento de pessoal deste Estabelecimento de Ensino, caso a satisfação destas necessidades fosse por meio de execução direta da Administração; assim, é evitado um grande incremento dos recursos financeiros despendidos com material permanente e folha de pagamento servidores civis que deveriam ser contratados;

III - Impactos ambientais: foram elencados os dispositivos de sustentabilidade sugeridos no item 07 deste estudo preliminar;

IV - Melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade: a manutenção de um ambiente organizacional limpo e probo representa a disponibilização da estrutura adequada para a sede da empresa prestar o apoio às unidades educacionais na execução dos serviços públicos oferecidos à sociedade. Além disso, o acesso de visitantes e cidadãos as unidades da UFMS passa a ser ofertado de forma organizada. A implementação de técnicas de manejo integrado de pragas busca prevenir e controlar infestações de insetos, roedores e aracnídeos no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Assim, tais técnicas contribuem para a manutenção dos aspectos sanitários necessários aos diversos ambientes da Universidade.

3. MEMÓRIAS DE CÁLCULO QUE EMBASARAM O ESTUDO:

3.0.0.1. Todos as metragens foram levantadas pelo contato com os campus da Universidade, bem como Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura - DINFRA, que por sua vez possui um banco de dados com as metragens dos móveis da UFMS.

3.0.0.2. O levantamento de todos os imóveis da UFMS podem ser observados nas tabelas descritas no item abaixo. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de serviço de dedetização.

3.0.0.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do item 1.2..

3.0.0.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

3.1. Estimativas de consumo individualizado, do órgão gerenciador:

3.1.1. As aplicações serão realizadas sobre demanda, porém o número de aplicações foi definido considerando 04 (quatro) aplicações no período de 12 meses.

3.1.2. Os espaços que completam o objeto são os detalhados a seguir:

3.1.2.1. Campo Grande:

SETOR	BLOCO	SETOR	LOCAL	ÁREA (m²) TOTAL
Setor 01	Bloco 01	PROAES	DIABE/CIAE/PROAES (Antigo Banco Santander)	147,51
Setor 01	Bloco 01	INBIO	INBIO - Herbário	82,00
Setor 01	Bloco 01	INBIO	INBIO - Instituto de Biociências	7545,68
Setor 01	Bloco 01	PROAES	PROAES - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - antigo Banco Bradesco	293,42
Setor 01	Bloco 01, 02, 03 e 04	PROADI	Corredor Central (coberto de ligação dos Blocos) (PROADI)	2088,00
Setor 01	Bloco 02	PROECE	PROECE - Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte - antigo banco CEF	293,42
Setor 01	Bloco 02	FAALC	Antigo CCHS (Hoje FAALC/FAED/FACH)	2393,40
Setor 01	Bloco 02	PROAES	DIAAF/PROAES	219,62
Setor 01	Bloco 03	FADIR	FADIR e FAENG/AU (Antigo CADM)	5496,08
Setor 01	Bloco 04	FAENG	FAENG e FACOM	5133,67
Setor 01	Bloco 04	FAENG	FAENG e INFI - Laboratórios (Antigo CCET)	2159,70
Setor 01	Bloco 05	INFI	Unidade 5 - Salas de Aula (INFI/INMA)	1572,22
Setor 01	Bloco 06	PROADI	Multi Uso II - Unidade 6 - Bloco de Salas de Aula (DISERV)	2374,15
Setor 01	Bloco 07	FAENG	Unidade 7 - Salas de Aula (FAENG)	2025,75
Setor 01	Bloco 08	FAED	Unidade 8 - Faculdade de Educação (FAED)	2925,96
Setor 01	Bloco 09	FAENG	FAENG - Engenharia Elétrica (FAENG)	788,58
Setor 01	Bloco 10	FAENG	FAENG -Lab. Pesticidas Naturais / Física (FAENG)	161,20
Setor 01	Bloco 11	FAENG	Unidade 7A - Salas de Aula e Laboratórios / CCET (FAENG/INFI/INMA)	1248,43
Setor 01	Bloco 12	FAENG	FAENG - Lab. Pós graduação em Tecnologia Ambientais (lado Moren.)	549,00
Setor 01	Bloco 13	FACH	FACH- Lab. Multiuso / CCHS	640,30
Setor 01	Bloco 14	FACOM	FACOM - Faculdade de Computação	2526,05
Setor 01	Bloco 15	PROADI	Complexo Multiuso II (DISERV)	3197,99
Setor 01	Bloco 16	INMA	Casa da Ciência (INMA)	302,25
Setor 01	Bloco 17	FAENG	FAENG - Casa de Talpa	64,53
Setor 01	Bloco 18	FACFAN	FACFAN - Prédio Novo	1841,05
Setor 01	Bloco 20	PROGRAD	Biblioteca Central (PROGRAD)	3626,63
Setor 01	Bloco 50	PROECE	Moreirão - Estádio Pedro Pedrossian (PROECE)	48676,00
Setor 01	Bloco 51	PROECE	Moreninho - Ginásio de Esportes Cel. Eric Tinoco Marques (PROECE)	2867,98
Setor 01	Bloco 52	PROECE	Centro Esportivo - Projeto Córrego Bandeira (PROECE)	498,00
Setor 01	Bloco 53	PROECE	Quadras - Vestiário / Sanitários (PROECE)	76,50
Setor 01	Bloco 53	PROECE	Quadras Polivalentes (PROECE)	3909,25
Setor 01	Bloco 53	PROECE	Sala de Judô (PROECE)	212,37

Setor 01	Bloco 54	PROECE	Teatro Glauce Rocha (PROECE)	2381,50
Setor 01	Bloco 56	PROECE	Parque Aquático - Secretária (PROECE)	78,85
Setor 01	Bloco 58	PROADI	Praça com Concha Acústica (está como Área Construída, mas não caracteriza) (PROADI)	2022,00
Setor 01	Bloco 80	PROADI	Guarita 1 - Principal / Pórtico (PROADI)	17,05
Setor 01	Bloco 81	PROADI	Guarita 2 - Rodovia BR 163 (PROADI)	10,00
Setor 01	Bloco 82	PROADI	Guarita 3 - Morenã (PROADI)	10,00
Setor 01	Bloco 83	PROADI	Guarita 4 - Moreninho (PROADI)	10,00
Setor 01	Bloco 84	PROADI	Guarita 5 - Passarela do Lago (PROADI)	10,00
Setor 02	Bloco 05	FAED	FAED (Antiga EAD)	630,76
Setor 02	Bloco 01	REITORIA	Reitoria (PROADI)	1082,50
Setor 02	Bloco 02	PROADI	Pró-Reitorias(PROADI)	3590,73
Setor 02	Bloco 03	FAED	Binquedoteca - Antiga DIPRO - Divisão de proteção patrimonial	374,72
Setor 02	Bloco 04	FAED	Brinquedoteca - Antigo DIPRO abrigos para carros	60,61
Setor 02	Bloco 06	AGECOM	SEDFOR/AGECOM	3419,75
Setor 02	Bloco 07	PROGEP	PROGEP (Anteriormente GRH)	632,87
Setor 02	Bloco 08	PROGEP	PROGEP (Antigo DED)	418,52
Setor 02	Bloco 09	FAMED	FAMED - Fac. Medicina / Administração (Anteriormente HU Departamentos)	2050,45
Setor 02	Bloco 10	FAMED	FAMED - Salas de Aula / Laboratórios (prédio novo)	2517,89
Setor 02	Bloco 11	INISA	INISA - Clínica Escola Integrada	1334,73
Setor 02	Bloco 12	INISA	Unidade 12 - Enfermagem / Fisioterapia (INISA)	2102,56
Setor 02	Bloco 13	FACH	FACH - Serviço de Atendimento Psicossocial (SAPS/FACH)	270,81
Setor 02	Bloco 14	FAODO	FAODO - Faculdade de Odontologia (Odontologia)	3432,39
Setor 02	Bloco 15	FAODO	FAODO - Centro Cirúrgico	837,20
Setor 02	Bloco 16	FAODO	FAODO - Clínica Odontológica p/ Pacientes Especiais	325,96
Setor 02	Bloco 18	FACFAN	Circulação coberta DTA / LTF (FACFAN)	88,40
Setor 02	Bloco 18	FACFAN	FACFAN - DTA - Departamento de Tecnologia de Alimentos (FACFAN)	913,84
Setor 02	Bloco 18	FACFAN	FACFAN - LTF - Lab. de Tecnologia Farmacêutica	731,59
Setor 02	Bloco 20	FACFAN	FACFAN- Farmácia Universitária (Farmácia Escola)	279,98
Setor 02	Bloco 24	FAMEZ	FAMEZ - Piscicultura - Laboratório	220,52
Setor 02	Bloco 81	PROADI	Subestação GRH / EAD / CFP (PROADI)	49,95
Setor 02	Bloco 84	PROADI	Subestação DTA / LTF (PROADI)	34,40
Setor 03	Bloco 22	FACH	MUSICA - Curso de Música (FACH)	927,54
Setor 03	Bloco 01	INQUI	INQUI - Blocos A a E	2476,00
Setor 03	Bloco 02	INQUI	INQUI - Lab. de Tratamento de Resíduos	266,14
Setor 03	Bloco 03	INQUI	INQUI - Bloco G	228,21
Setor 03	Bloco 04	INQUI	INQUI - Bloco F	228,21
Setor 03	Bloco 05	INQUI	INQUI - Agroindústria	463,86
Setor 03	Bloco 05	INQUI	INQUI - Almoarifado p/solventes	147,25
Setor 03	Bloco 06	INBIO	INBIO - Biotério (próxima ao Lago do Amor)	4,92
Setor 03	Bloco 06	INFI	INFI - Laboratório de Ciências Atmosféricas	12,90
Setor 03	Bloco 07	INQUI	INQUI - Lab. Análise Combustível	272,97
Setor 03	Bloco 08	AGECOM	Arquivo Central (AGECOM)	530,73
Setor 03	Bloco 09	ESAN	ESAN - Unidade 10A	1251,70
Setor 03	Bloco 10	ESAN	ESAN - Bloco A	1082,51
Setor 03	Bloco 10	ESAN	ESAN - Bloco B	660,97
Setor 03	Bloco 11	ESAN	INQUI - Unidade 11	1261,22
Setor 03	Bloco 14	PROADI	SEDINF (Antiga Cantina) (PROADI)	273,55
Setor 03	Bloco 15	FAENG	FAENG - Laboratório de Engenharia Elétrica / BATLAB	659,89
Setor 03	Bloco 16	INBIO	INBIO - Lab. Anatomia	1172,90
Setor 03	Bloco 17	INBIO	INBIO - Lab. Biofisiofarmacologia	426,62
Setor 03	Bloco 18	FACH	FACH - Clínica Psicológica	426,19
Setor 03	Bloco 19	INBIO	INBIO - Biotério	818,06
Setor 03	Bloco 20	PROADI	Prédio da SEPAT, antiga DIAX/CGM e DIPM/CGM	1685,99
Setor 03	Bloco 21	PROADI	Transportes - Abrigo para Carros (Hoje SETRAN/DISERV)	494,45
Setor 03	Bloco 21	PROADI	Transportes - Abrigo para Ônibus (Hoje SETRAN/DISERV)	406,05
Setor 03	Bloco 22	FAALC	Curso de Música	715,02
Setor 03	Bloco 23	FAALC	Auditório da Música	698,80
Setor 03	Bloco 24	FAALC	Predio FAALC	1486,38
Setor 03	Bloco 25	FACFAN	FACFAN - Unital	568,65
Setor 03	Bloco 80	PROADI	Guarita (PROADI)	35,00
Setor 03	Bloco 81	PROADI	Subestação do Lago (PROADI)	14,76
Setor 03	Bloco 82	PROADI	Subestação (ao lado Lab. Trat. Resíduos) (PROADI)	30,26
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco A	365,87
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco A1	364,66
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco B	274,97
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco C	456,77
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco D	777,19
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco E	633,43
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Bloco F + G	1083,53
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Corredor de ligação entre blocos A1 a G	710,30
Setor 04	Bloco 01	FAMEZ	FAMEZ - Armazenamento de Resíduos	34,43
Setor 04	Bloco 02	FAMEZ	FAMEZ - Lab. Biotecnologia Animal - Avaliação de Alimentos	216,89
Setor 04	Bloco 03	FAMEZ	FAMEZ- Baías de equino - antigo crematorio	66,15
Setor 04	Bloco 04	FAMEZ	FAMEZ - (Laboratório de Reprodução Assistida)	163,92
Setor 04	Bloco 05	FAMEZ	FAMEZ - Lab. Qualicarne	50,14
Setor 04	Bloco 06	FAMEZ	FAMEZ - Galpão Equinos	306,00
Setor 04	Bloco 07	FAMEZ	FAMEZ - Centro Cirúrgico p/ Grandes Animais	200,39
Setor 04	Bloco 08	FAMEZ	FAMEZ - Mangueiro	398,04
Setor 04	Bloco 09	FAMEZ	FAMEZ - Lab. p/ Diagnóstico de Doenças de Peixes	76,54
Setor 04	Bloco 10	FAMEZ	FAMEZ - Lab. de Nutrição Animal	150,73
Setor 04	Bloco 11	FAMEZ	FAMEZ - Galpão aberto 2 (ao lado Lab. Peixes)	50,65
Setor 04	Bloco 12	FAMEZ	FAMEZ - Lab. Metabolismo Animal + Composteira (fundo do Lab. Met. Animal)	679,96
Setor 04	Bloco 13	FAMEZ	FAMEZ - Lab. de Avicultura	192,60
Setor 04	Bloco 14	FAMEZ	FAMEZ - Baías para experimentos caprinos	116,90
Setor 04	Bloco 14	FAMEZ	FAMEZ - Galpão aberto 1 (ao lado Lab. Biocapri)	76,76
Setor 04	Bloco 14	FAMEZ	FAMEZ - Lab. Biotecnologia p/ Pequenos Ruminantes / BIOCAPRI	160,76
Setor 04	Bloco 15	FAMEZ	FAMEZ - Pós-Graduação de Ciência Animal Bloco 1 / S. Aula	166,67

Setor 04	Bloco 15	FAMEZ	FAMEZ - Pós-Graduação de Ciência Animal Bloco 2 / S. Aula	96,66
Setor 04	Bloco 17	FAMEZ	FAMEZ - Pós-Graduação de Ciência Animal Coordenação (Ant C. Zelador)	68,49
Setor 04	Bloco 50	FAMEZ	FAMEZ - Cantina	184,53
Setor 04	Bloco 80	FAMEZ	FAMEZ - Guarita	9,92
Setor 04	Bloco 81	FAMEZ	FAMEZ - Subestação	14,76
Área Interna				163753,53
Área Externa - PROADI				100000,00
Área Total				263.753,53
Área Expurgo Herbário				500

3.1.2.2. Demais Campus:

CAMPUS	TIPO DE ÁREA	ÁREA (M²)
Aquidauana	Área Interna	7.438,25
	Área Externa	10.000,00
	Área Total	17.438,25
	Expurgo Herbário	36
Base do Pantanal	Área Interna	1.371,75
	Área Externa	2.000,00
	Área Total	3.371,75
Chapadão do Sul	Área Interna	3.150,00
	Área Externa	1.200,00
	Área Total	4.350,00
Coxim	Área Total	3.500,00
Naviraí	Área Interna	2.807,00
	Área Externa	1.000,00
	Área Total	3.807,00
Nova Andradina	Área Total	3.500,00
Corumbá (Campus do Pantanal)	Área Total	52.400,00
	Expurgo Herbário	268
Paranaíba	Área Interna	3.700,00
	Área Externa	1.000,00
	Área Total	4.700,00
Ponta Porã	Área Interna	3.009,00
	Área Externa	1.000,00
	Área Total	4.009,00
Três Lagoas	Área Interna	19.202,75
	Área Externa	10.000,00
	Área Total	29.202,75
	Expurgo Herbário	90
CAMPUS	ÁREAS TOTAL	126.278,75
CAMPUS	EXPURGO HERBÁRIO TOTAL	394

3.1.3. A instituição manifesta o interesse em contratar o serviço na categoria **menor preço por GRUPO** por ocasião da necessidade de uniformizar todo o procedimento operacional, tendo como necessidade padronizar os produtos e métodos de aplicação, gerando com isso mais segurança e agilidade nas prestações dos serviços, bem como economia em escala.

3.2. O local de prestação dos serviços será:

3.2.1. Reitoria, Pró-reitorias, Estádio Pedro Pedrossian e Agência de Tecnologia de Informação (AGETIC), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN), Faculdade de Educação (FAED), Faculdade de Artes e Letras Comunicação (FAALC), Instituto Integrado de Saúde (INISA), Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Instituto de Biociências (INBIO), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), Instituto de Física (INFI), Instituto de Química (INQUI), Instituto de Matemática (INMA), Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq), e demais unidades da Universidade.

Endereços: Cidade Universitária – Campo Grande: Av. Costa e Silva, s/nº - CEP: 79070-900. Telefones: (67) 3345-7158

3.2.2. Campus de Aquidauana - CPAQ - Há 140 Km de Campo Grande.

Endereços: Unidade 1: Rua: Imaculada Conceição 163 - CEP 79200-000 / Cx. Postal nº 135. Unidade 2: Rua Oscar Trindade de Barros, 740 – Bairro Serraria – CEP 79200-000. Telefones: (67) 3241-0450.

3.2.3. Campus de Chapadão do Sul - CPCS - Há 340 Km de Campo Grande.

Endereço: Acesso à Fazenda Campo Bom - Rod MS 306 Km 105, CEP:79560-000 - Cx Postal 112 - Zona Rural. Telefones: (67) 3562-6303.

3.2.4. Campus de Coxim - CPCX - Há 240 Km de Campo Grande.

Endereços: Unidade 1: Av. Marcio Lima Nantes s/n, Vila da Barra - Estrada do Pantanal, CEP: 79400-000. Unidade 2: Centro de Documentação Histórico e Memorial Henrique Spengler – Rua Jandira Cardeal Figueiredo, 80, CEP: 79400-000. Telefones: (67) 3291-2218.

3.2.5. Campus do Pantanal (Corumbá) - CPAN - Há 420 Km de Campo Grande.

Endereços: Unidade 1: Av. Rio Branco, nº 1270, CX Postal 252 – CEP: 79304-020. Unidade 2: Anfiteatro Salomão Baruki - Rua Poconé, 285 - Bairro Universitário. Unidade 3: Alfândega Nova – Rua Domino Sahib, 20, Centro. Telefones: (67) 3234-6814.

3.2.6. Unidade 4: Base de Estudos do Pantanal - Há 315 Km de Campo Grande.

Endereços: Rodovia MS-184 - Km 12. Telefones: (67) 3345-7900.

3.2.7. Campus de Naviraí - CPNV - Há 355 Km de Campo Grande.

Endereço: Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema - Cx Postal 103 - CEP 79950.000. Telefones: (67) 3409-1405.

3.2.8. Campus de Nova Andradina - CPNA - Há 290 Km de Campo Grande.

Endereço: Rod MS 134, KM 3, Zona Rural. CEP 79750-000, Caixa Postal 128. Telefones: (67) 3449-0527.

3.2.9. Campus de Ponta Porã - CPPP - Há 320 Km de Campo Grande.

Endereço: Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal - BR 463 – Km 4,5 - CEP 79907-414. Telefones: (67) 3437-1700.

3.2.10. Campus de Paranaíba - CPAR - Há 410 Km de Campo Grande.
Endereço: Av. Pedro Pedrossian, 725 – Bairro Universitário. Telefones: (67) 3669-0135.

3.2.11. Campus de Três Lagoas - CPTL - Há 330 Km de Campo Grande.
Endereços: Unidade 1: Av. Capitão Olinto Mancini 1662 / CEP 79603-011 / Caixa Postal nº 210. Unidade 2: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 / CEP 79620-080 / Caixa Postal nº 210. Telefones: (67) 3509-3740.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 4.1. O objeto a ser contratado é comum e simples, sendo desnecessária audiência pública;
- 4.2. Foi escolhida a solução de contratação que melhor atende as necessidades da UFMS como forma a controle de vetores e pragas com ações preventivas e corretivas, além da solução apresentada ter se mostrado mais econômica e operacionalmente viável, conforme estudo em anexo;
- 4.3. Considerou-se as pesquisas realizadas através das empresa de Mato Grosso do Sul, considerando as especificações dos serviços propostos, bem como o tamanho da área do serviço para a escolha da solução mais adequada para atender a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- 4.4. A justificativa de efetuar a remuneração por “metro quadrado” foi no intuito de haver um controle de custo mais preciso, sendo que cada m² (metro quadrado) terá um valor unitário, e após a realização de cada serviço, será efetuado o pagamento à Contratada de acordo com o total da área trabalhada, demonstrado na Nota Fiscal e nos documentos apresentados após a realização de cada serviço; e
- 4.5. A pesquisa de Mercado seguiu as instruções as IN/SEGES/MP nº 05/2017.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A Desinsetização, desratização e dedetização deve ser feita em intervalos de **3 meses** entre uma aplicação e outra para garantir o controle da proliferação das pragas, podendo ser feito em intervalos menores em caso de reinfestação. Por isso, o serviço a ser contratado é de natureza continuada.
- 5.2. Os serviços em questão podem ser definidos como comuns, uma vez que objetivamente definidos por meio de especificações comuns do mercado, atendendo então as disposições contidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 5.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 5.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 5.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Para garantir a eficácia do serviço de controle de vetores e pragas será considerado para efeito de acionamento de novos chamados de serviços o prazo de assistência técnica de no mínimo 90 (noventa) dias, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo.

6.1.1. Da Comprovação do Serviço; A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, as seguintes informações:

- I - nome do cliente;
- II - endereço do imóvel;
- III - praga(s) alvo;
- IV - data de execução dos serviços; A Licitante deverá apresentar, em papel timbrado, declaração de que se compromete a fornecer mão de obra qualificada e ferramental necessários à prestação dos serviços objeto licitação conforme condições estabelecidas neste termo de referência.
- V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
- XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- XII - **Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.**

6.2. A Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(S) de direito público ou privado, que comprove(m) que a mesma tenha prestado ou esteja prestando, a contento, serviços de natureza semelhante a do objeto ora licitado.

6.3. Em relação aos produtos, os mesmos deverão ter aplicação tanto nas imediações internas como externas do órgão, e possuir as seguintes especificações:

- a) Não causar manchas;
- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos à saúde humana;
- e) Não danificarem ou causarem a morte das plantas, árvores e gramados;
- f) Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas no item anterior, **deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.**

6.4. Os serviços de desratização deverão consistir no combate ostensivo e direto aos roedores, devendo ser executados com aplicação de raticida em forma de isca, de modo que os animais, ao secarem, não deixem odor desagradável e que seja procedido, de preferência, em locais onde não há movimentação de pessoas.

6.5. Os serviços de desinsetização deverão ser executados com produtos de baixa toxicidade, inodoro, inócuo à saúde e liberados pelo Ministério da Saúde, **podendo ser manipulados com gel, spray ou névoa.**

6.6. Os serviços de descupinização deverão consistir no combate ostensivo e direto aos cupins e aos locais onde se alojam, bem como preventivos nas áreas que forem indicadas, utilizando produtos liberados pelo Ministério da Saúde.

6.7. Os serviços de combate a escorpiões se destinam tanto às pragas existentes nos gramados, as quais danificam e destroem plantas, como também àquelas que se proliferam em ambientes internos, pode-se utilizar produtos tanto a base de gel, spray ou névoa, devendo os mesmos serem liberados pelo Ministério da Saúde.

6.8. Quanto ao impacto ambiental:

a) A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados caso ocorra passivo ambiental em decorrência da execução de suas atividades.

6.9. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

6.10. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

6.11. A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a proposta comercial relação detalhada dos materiais e equipamentos.

6.12. A CONTRATADA deverá apresentar para habilitação todos os documentos em seu nome e com número do CNPJ e endereço respectivo.

6.13. Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.14. A contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93;

6.15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA :

6.15.1. Comprovar Regularidade Cadastral junto à autoridade sanitária e/ou ambiental competente (Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde, CONAMA/MMA, etc.);

6.15.2. Apresentar Licença de Operação expedida pela Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;

6.15.3. Indicar responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços;

6.15.3.1. Serão habilitados os seguintes profissionais: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário ou Químico, devidamente registrado no Conselho Profissional de sua área, observados os procedimentos específicos para cada local de aplicação.

6.15.3.2. Apresentar atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação;

6.15.4. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica, quanto o quantitativo a ser comprovado;

6.15.5. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante;

6.15.6. A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

6.15.7. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

6.15.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial: VERIFICAR O ENQUADRAMENTO DO SERVIÇO DENTRO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DO GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO. DOC SEI 4018764. Disponível também na plataforma: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

7.2. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 622, de 09 de março de 2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

7.3. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA.

7.4. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

7.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

8.0.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para este fim, de segunda à sexta-feira, das 07 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (67) 3345-7105 - com a Secretaria de Apoio Operacional - SEOPE/DISERV/PROADI.

8.0.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.0.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identificação civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8.0.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.0.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.0.6. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as Licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Os serviços deverão ser acompanhados por orientação de Técnico Habilitado. Serão habilitados os seguintes profissionais: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário ou Químico, devidamente registrado no Conselho Profissional de sua área, observados os procedimentos específicos para cada local de aplicação.

9.2. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

9.3. Aplicar nas instalações internas e externas solução de inseticida de ação residual, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos, roedores e aracnídeos (em especial escorpiões);

9.4. Complementar o trabalho com aplicação de substâncias nos ambientes internos e externos e seus respectivos compartimentos.

9.5. A fim de garantir uma melhor efetividade, os produtos a serem utilizados nas aplicações devem ter como princípio ativo (λ-Cialotrina (lê-se lãmbda-cialotrina), Bendiocarbe ou Fipronil.

- 9.6. Aplicar o produto químico (princípio ativo+inerte) nas superfícies horizontais e verticais, pequenas frestas e fenda; no interior de interruptores e tomadas; sob mesas, balcões, gavetas, gabinetes de pia , e onde necessário.
- 9.7. Realizar o controle de roedores por meio de instalação de dispositivos permanentes que acondicionam as iscas raticidas, fixados ao longo das instalações externas e/ou internas da edificações da UFMS.
- 9.8. Proteger com dispositivos as iscas raticidas de intempéries e evitando que pessoas ou animais tenham contato com as substâncias químicas empregadas no controle (Iscas);
- 9.9. Confeccionar o MAPA DE CONTROLE AMBIENTAL A VETORES contendo a posição das portas - isca em cada setor da área tratada. Os tubos e armadilhas para roedores serão instalados em diversos pontos e informados à Universidade a quantidade e a localização exatos;
- 9.10. Instalar portas-isca, com identificação mediante numeração e etiquetas.
- 9.11. Monitorar os portas- isca, com coleta de dados sobre consumo, oxidação, desgaste natural e reposição de iscas.
- 9.12. Confeccionar LAUDO TÉCNICO quadrimestralmente discriminando produtos utilizados, níveis de infestação, gráficos, registro de não conformidades, medidas corretivas recomendadas;
- 9.13. Instalar na implantação dos serviços PPE'S (Postos Permanentes de Envenenamento) na área externa e tubos portas-isca no anel sanitário contendo iscas raticidas, devidamente numerados e identificados, sem ônus para a UNIVERSIDADE.
- 9.14. Instalação de iscas para roedores em caixas de passagens da tubulação subterrâneas da rede lógica.
- 9.15. Em caso de rescisão contratual, os tubos portas-iscas e armadilhas serão retirados pela LICITANTE VENCEDORA, sem ônus para a Universidade;
- 9.16. Se, durante a vigência do contrato ou na rescisão contratual, for comprovado, que algum dos acessórios consignados e mencionados no quadro abaixo, foi extraviado, danificado, ou tido ocorrido o desgaste natural de uso, o valor da reposição NÃO será cobrado da Universidade, sendo que o mesmo é de responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA.
- 9.17. Desinsetização, desratização e dedetização: O controle monitorado de pragas (inseto, roedores e aracnídeos) compreenderá as medidas utilizadas no controle integrado de pragas, realizados sob demanda, ocorrendo 4 (quatro) tratamento anuais, realizados trimestralmente, de acordo com necessidade da universidade. Conforme a demanda os horários de aplicações na Desinsetização, dedetização, serão definidos em conjunto entre o fiscal do contrato e o responsável da LICITANTE VENCEDORA, considerando os horários e datas que melhor atenderem as necessidades da UFMS.
- 9.18. Os serviços serão realizados conforme necessidade, sob demanda das unidades acadêmicas, não constituindo qualquer obrigação da Universidade em desenvolver o serviço em todas as áreas citadas nos termos de Referência.
- 9.19. As ordens de serviços (O.S.) serão encaminhadas por via eletrônica ou através de entrega direta á contratada.
- 9.20. Após recebida a ordem de serviço a LICITANTE VENCEDORA terá vinte e quatro (24) horas para iniciar os seus trabalhos, no local da UFMS para o qual foi solicitado os serviços de Desinsetização, desratização e dedetização ou de acordo com a Ordem de Serviço. Em caso de necessidade os trabalhos poderão ser realizados nos sábado, domingos ou feriados.
- 9.21. Iniciados os trabalhos no local determinado, pela O.S., na UFMS a LICITANTE VENCEDORA deverá encerrar os seus trabalhos dentro do prazo máximo de quatro horas, salvo se o serviço exigir um tempo maior, fato este que deverá ser comunicado com antecedência, devendo estar extensão de prazo ser aprovada previamente pelo fiscal do contrato.

10. PERIODICIDADE E CRONOGRAMA DAS APLICAÇÕES

- 10.1. Os serviços serão executados de acordo com o cronograma elaborado pelas partes, com monitoramento sistemático definido pela CONTRATANTE.
- 10.2. A Contratada deverá executar 4 (quatro) aplicações gerais, sendo 1 (uma) aplicação a cada trimestre:
- 10.3. 1ª aplicação Geral - logo após a assinatura do Contrato, em data previamente **agendada com o Gestor/Fiscal do Contrato**;
- a) 2ª aplicação Geral – ocorrerá depois de decorrido o intervalo de 90 (noventa) dias da 1ª aplicação geral;
- b) 3ª aplicação Geral – ocorrerá após 90 (noventa) dias da 2ª aplicação geral;
- c) 4ª aplicação Geral – ocorrerá após 90 (noventa) dias da 3ª aplicação geral.
- 10.4. Totalizando 04 (quatro) aplicações durante o prazo de vigência contratual.

CRONOGRAMA DE APLICAÇÕES - PREVISÃO			
1ª APLICAÇÃO GERAL	2ª APLICAÇÃO GERAL	3ª APLICAÇÃO GERAL	4ª APLICAÇÃO GERAL
Logo após a assinatura do Contrato	90 dias contados da data da 1ª Aplicação Geral	90 dias contados da 2ª Aplicação Geral	90 dias contados da data da 3ª Aplicação Geral

- 10.5. A CONTRATADA garantirá os serviços por 90 (noventa) dias após a última aplicação (geral) ;
- 10.6. A CONTRATADA obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações do Gestor do Contrato, com vista a eliminar existência de insetos, pragas, baratas, ratos, cupins, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação;
- 10.7. O prazo previsto no item anterior aplicar-se-á também quando a empresa for convocada a prestar os serviços em garantia:
- a) As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional a CONTRATANTE;
- b) A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos, pragas, pombos, morcegos, ratos, baratas, cupins, mosquitos, abelhas e similares.
- 10.8. Os serviços deverão ser obrigatoriamente refeitos a cada período de 03 (três) meses, ou em menor prazo neste caso sem ônus para a CONTRATANTE, por execução da garantia na hipótese de reinfestação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto do presente contrato a contratante se compromete a:
- 11.2. Expedir a Ordem de Serviço com a antecedência estabelecida no Anexo 26. deste termo de referência;
- 11.3. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço;
- 11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, referentes à contratação;
- 11.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma convencionada no neste Termo de Referência, até 30 (trinta) dias da apresentação do ateste da Nota Fiscal/ Fatura;
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor denominado fiscal do contrato;
- 11.7. Manifestar-se formalmente sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço e em todos os atos relativos à execução do contrato, bem como, aplicação de sanções e alterações;
- 11.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Obriga-se a contratada a:

12.2. Manter preposto aceito pela Administração da UFMS, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado na assinatura do instrumento contratual, mediante declaração, em que deverá constar o nome completo, CPF, documento de identidade, endereço, telefone de contato e e-mail;

12.3. O preposto indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à Divisão de Conservação e Urbanismo em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.

12.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

12.5. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

12.5.1. Efetuar uma aplicação geral e uma aplicação sustentativa a cada três meses, com a averiguação de todo o ambiente e aplicação de reforço, quando necessário.

12.5.2. Efetuar, aplicação de reforço nas áreas de alimentação ou, em havendo necessidade, em intervalos inferiores a 03 (três) meses, não implicando em ônus adicionais para a CONTRATANTE.

12.5.3. Providenciar a imediata correção dos problemas apontados pela CONTRATANTE, relacionados com a execução dos serviços contratados.

12.5.4. **Enviar com 3 (três) dias de antecedência cartazes/panfletos a serem afixados nas dependências da Contratante especificando: produto, princípio ativo, dose, EPIs, data e hora de aplicação, com assinatura do responsável técnico, e nome dos técnicos responsáveis pela aplicação.**

12.5.5. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

12.5.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da CONTRATANTE.

12.5.7. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta.

12.5.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

12.5.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5.10. Responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

12.5.11. Observar e cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência;

12.5.12. Informar a Divisão de Conservação e Urbanismo a ocorrência de alteração de endereço e telefone;

12.5.13. Manter durante a vigência do contrato, responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas;

12.5.14. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

12.5.15. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;

12.5.16. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança e a medicina do trabalho;

12.5.17. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

12.5.18. Responder nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás, equipamentos de proteção individual - EPI e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

12.5.19. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato;

12.5.20. Realizar os serviços objeto desta contratação, nos prazos fixados, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

12.5.21. **Oferecer garantia completa de no mínimo 90 (noventa) dias a cada aplicação, bem como assistência em caso de proliferação nesse período;**

12.5.22. Aplicar dedetizações corretivas que se fizerem necessárias, além das aplicações gerais, a critério da fiscalização, para corrigir falhas decorrentes de aplicações gerais e sustentativas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

12.5.23. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;

12.5.24. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

12.5.25. Usar produtos que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade com selo de garantia e embalagens originais de fábrica ou de comercialização que não causem danos a pessoas ou a itens objeto desta contratação. A inspeção dos produtos será acompanhada pelo fiscal;

12.5.26. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

12.5.27. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE ou ao servidor designado, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

12.5.28. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e obrigações sociais previstos nas legislações em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

12.5.29. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

12.5.30. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

12.5.31. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a UNIVERSIDADE, em razão de acidentes, de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

12.5.32. Colocar à disposição da contratante todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital e deste anexo;

12.5.33. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13,14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

12.5.34. **Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do artigo 55, XIII da lei 8.666/93;**

12.5.35. A CONTRATADA obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlatas;

- 12.5.36. A CONTRATADA deverá confeccionar relatório de ocorrências, detalhando os serviços efetivamente executados, o qual será assinado pelo fiscal do contrato. Os relatórios deverão ser encaminhados a **Diretoria de Logística e Serviços - DISERV**.
- 12.6. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 12.6.1. Contratação de menos de 5 (cinco) anos, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- 12.6.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- 12.6.3. A subcontratação para a execução do objeto deste termo de referência;
- 12.6.4. Caucionar ou utilizar este contrato de prestação de serviço para qualquer operação financeira.
13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato
15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 15.1. A Universidade por meio da **Diretoria de Logística e Serviços - DISERV**, juntamente com os **Campus será responsável pela Gestão e Fiscalização** dos acompanhamentos da execução dos serviços objeto deste termo de referência;
- 15.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.3. Verificação da execução do serviço conforme as especificações deste Termo de Referência;
- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.6.1. Providencie portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;
- 15.6.2. Designe fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;
- 15.6.3. Realize sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos gestores/fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário).
- 15.7. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.8. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.10. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.12. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.13. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.14. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.15. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.16. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.17. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 15.18. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.20. A fiscalização dos serviços será exercida por servidor(es) devidamente nomeado(s) pela CONTRATANTE, a quem incumbirá o acompanhamento da execução dos serviços, determinando à empresa CONTRATADA as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento do contrato, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando-as a CONTRATANTE, e avaliar a qualidade do serviço prestado (se satisfatório ou insatisfatório);

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Contrato nº	Vigência:
Empresa/Contratada:	

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
Gestor/Fiscal do Contrato:
Período da Avaliação: ____ trimestre/20XX - (____/____/20XX a ____/____/20XX)

- 15.21. **Pontualidade:** atender dentro dos prazos estabelecidos;
- 15.22. A cada descumprimento a CONTRATADA terá em sua avaliação um ponto negativo.
- 15.23. **Efetividade:** Realizar os serviços de forma que os resultados no controle de insetos e roedores sejam eficazes.
- a) O reaparecimento da praga antes de 90 dias, após cada aplicação caracteriza ineficiência do produto/aplicação, devendo ser reforçada a aplicação de imediato, sendo atribuído em sua avaliação mensal um ponto negativo.
- 15.24. A avaliação no período será satisfatória quando a **Nota do Trimestre for igual ou maior que 5**.
- a) Nota trimestre = 10 – Pontos Negativos
- b) NT > 5 = Satisfatório
- c) NT < 5 = Insatisfatória
- 15.25. Os serviços ou bens serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:
- a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado na solicitação de serviço;
- b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Termo de Referência; e
- c) Falta de entrega de algum documento solicitado pela fiscalização.
- 15.26. Também serão utilizados para avaliação o Acordo de Níveis de Serviço, conforme ANEXO III.
16. **METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**
- 16.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- a) Estar de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;
- b) Causar o mínimo de impacto ao meio ambiente;
- c) Atingir os objetivos e exterminar as colônias, impedir a formação e surgimento de novos insetos;
- d) Não colocar em risco a saúde de pessoas que transitam nas instalações;
- e) Os serviços deverão ser realizados por profissionais treinados, uniformizados e identificados;
- f) Utilizar equipamentos de proteção individual (EPI) adequado para cada situação;
- g) Promover monitoramento das áreas tratadas em ação conjunta com a UFMS, reforçando a aplicação se for o caso até a solução do problema, sem ônus a CONTRATANTE;
- h) Emitir relatórios dos serviços constando data e horário da aplicação, produto aplicado e responsável pela aplicação;
- i) Os serviços serão avaliados mensalmente e as ocorrências consolidadas, trimestralmente;
- j) Os produtos aplicados deverão ter seus efeitos garantidos pelo prazo mínimo de 90 dias;
- k) A CONTRATADA deverá refazer o serviço de controle de pragas e vetores nas áreas em que for verificada a ineficácia dos produtos aplicados, sem ônus para a CONTRATANTE.
17. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO**
- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.4. A contratante realizará a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 17.6. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura de serviços, devidamente acompanhada da documentação exigida no contrato;
- 17.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária, a crédito exclusivo da empresa fornecedora, na conta corrente indicada pela mesma, observada a condição apresentada na proposta, obedecidas as formalidades de praxe;
- 17.9. Quando do pagamento do crédito, serão retidos os tributos federais previstos no Art. nº 64 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996. A empresa fornecedora optante do Simples, deverá apresentar, para fins de cadastro, no ato da assinatura do contrato, cópia autenticada do termo de opção;
- 17.10. Os pagamentos serão efetuados à empresa contratada de acordo com os valores formalmente empenhados e após a certificação dos documentos fiscais pelo Gestor do contrato;
- 17.11. Independente de solicitação, a Administração poderá convocar a empresa fornecedora, após a assinatura do Contrato, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 17.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.20. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

(TX)	I =	=	I	(6 /	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
				100)	
				365	

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

19.9. A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 27 da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. **Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, quando a contratação demandar a formalização contrato.**

20.2. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do contrato;

20.2.1. *A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).*

20.2.2. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.*

20.3. A garantia prevista no item 19.1, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da IN. 06/2013. (retificado em 9 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:

21.2. **Não celebrar o contrato:**

21.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;

21.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

21.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços.

21.3. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.2.1, 21.2.2, 21.2.3:**

- 21.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;
- 21.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%.
- 21.4. **Apresentar documentação falsa:**
- 21.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 21.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 21.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada.
- 21.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.4.1., 21.4.2., 21.4.3.:**
- 21.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;
- 21.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
- 21.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 21.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.
- 21.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.1:**
- 21.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 21.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços.
- 21.8. **Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.2:**
- 21.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 21.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 21.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%.
- 21.9. **Falhar na execução do contrato:**
- 21.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 21.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 21.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 21.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 21.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 21.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.9.1, 21.9.2, 21.9.3, 21.9.4, 21.9.5:**
- 21.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 21.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 21.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 21.11. **Fraudar na execução do contrato:**
- 21.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 21.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 21.11.3. entregar um material por outro;
- 21.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 21.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 21.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.11.1, 21.11.2, 21.11.3, 21.11.4, 21.11.5:**
- 21.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 21.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 21.13.1. realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;
- 21.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 21.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 21.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 21.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.13.1, 21.13.2, 21.13.3, 21.13.4:**
- 21.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 21.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%.
- 21.15. **Cometer fraude fiscal:**
- 21.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 21.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 21.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais.
- 21.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.15.1, 21.15.2, 21.15.3:**
- 21.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 21.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido;
- 21.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 21.17. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
2	0,4% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
3	0,8% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,6% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	3,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO

Tabela 2

INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
1	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA;
2	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS POR DIA E POR UNIDADE DE ATENDIMENTO;
3	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS, POR EMPREGADO E POR DIA;
4	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, POR SERVIÇO E POR DIA;
5	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA PRÉVIA DO CONTRATANTE, POR EMPREGADO E POR DIA;
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:	
6	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;
7	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;
8	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE SE CONDUZA DE MODO INCONVENIENTE OU NÃO ATENDA ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;
9	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;
10	INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO;
11	PROVIDENCIAR TREINAMENTO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS CONFORME PREVISTO NA RELAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.18.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.18.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.18.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.19. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.20. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.21. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.24. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.27. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 22.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1. Comprovar Regularidade Cadastral junto à autoridade sanitária e/ou ambiental competente (Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde, CONAMA/MMA, etc.);
- 23.3.2. Apresentar Licença de Operação expedida pela Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;
- 23.3.3. Indicar responsável Técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços;
- 23.3.3.1. Serão habilitados os seguintes profissionais: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário ou Químico, devidamente registrado no Conselho Profissional de sua área, observados os procedimentos específicos para cada local de aplicação.

- 23.3.3.2. Apresentar atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da empresa licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação;
- 23.3.4. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica, quanto o quantitativo a ser comprovado;
- 23.3.5. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante;
- 23.3.6. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;
- 23.3.7. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 23.3.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 23.3.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.3.10. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.3.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
- 23.3.12. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 23.4.1. Valor Global R\$ **R\$ 1.194.566,43 (um milhão, cento e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos).**
- 23.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 23.4.3. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço por grupo.**
24. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 24.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.194.566,43 (um milhão, cento e noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos).**
25. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 25.1. A dotação orçamentária será indicada pela PROPLAN.
26. **ANEXOS:**
- I – Estudo Técnico Preliminar (SEI Nº 4074284);*
- II – Modelo de Ordem de Serviço (SEI Nº 3831850);*
- III – Relatório de Estimativa de Preço (SEI Nº 4015892, 4018026 e 4017082).*
- IIII - Modelo de Acordo de Níveis de Serviços (SEI Nº 4035456).*

Campo Grande, 15 de maio de 2023.

Nota explicativa: O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Silva Almeida, Assistente em Administração**, em 02/06/2023, às 13:27, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4105828** e o código CRC **ED7BF6C0**.